

CONHECER OS TRABALHADORES E OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DE REGISTOS FOTOGRÁFICOS DE OBRAS EM MACAU (1938-1973)

Ana Vaz Milheiro

*DINÂMIA'CET-Iscte, Portugal
avmilheiro4@gmail.com*

RESUMO

How did the workers who built Macau's major infrastructure and public buildings under Portuguese rule influence the design and construction processes? What was the relationship between central institutions based in Portugal and the Macanese Public Works Office, which was also heavily influenced by technicians from China and Hong Kong?

This presentation attempts to answer these questions by analysing two sets of photographs contained in two administrative reports separated by about four decades. While one of them anticipated the Second World War, corresponding to the full implementation of the Colonial Act (1930); the other was contemporary with the end of Portuguese colonialism in Africa, coinciding with a sequence of public works that would ultimately Portuguese governance until the 1999 handover, such as the Macau-Taipa Bridge.

The first report was written in 1938 by engineer José Rodrigues Moutinho, who headed the Technical Department of Public Works in Macau. The second report reproduces the architect Pedro Quirino da Fonseca's fieldtrip to Macau around 1973. This report serves this research by demonstrating how the architect's gaze was often "sidetracked" to surveying the buildings rather than the construction process.

Research on colonial public works in Macau, especially in the 20th century, is still scarce, and little is known about their management and labour. In response, this paper will assess the impact of the work reproduced in these images to investigate the role of these (still) invisible workers.

Palavras-chave: Macau; Building sites; Photography; Workers; Public Works.

Eixo temático: 5. Património, lugar e memória.

1. Introdução

Sob administração portuguesa até 1999, Macau fora descrito antes da Segunda Guerra Mundial como tendo “24,415.690 metros quadrados”, incluindo as “Ilhas da Taipa (3.478,146...) e de Coloane (15.515,186...)”¹. Distinguiu-se historicamente² das restantes regiões ocupadas pelos portugueses até ao terceiro quartel do século XX, e que incluíam futuros países no próprio continente asiático e na África subsariana. Portugal vivia como se sabe sob a ditadura do Estado Novo, condição que se manteria até Abril de 1974. A excepcionalidade de Macau no quadro do “império português” tardio justifica que possamos colocar questões que lidam com a especificidade do recrutamento e da gestão de pessoal envolvido nos estaleiros de obra coloniais, iniciando esta apresentação com a mesma pergunta que abre o sumário proposto: *De que forma é que os trabalhadores que construíram as principais infra-estruturas e edifícios públicos de Macau sob o domínio português influenciaram os processos de concepção e construção?*

Em 1962, os engenheiros António Francisco de Aguiar e João Tomás Siu, o último de origem macaense (como indica o nome de família), ficaram encarregues do estudo do aeroporto a implantar no território. O parecer então emitido debatia duas possíveis localizações, entre o istmo de Macau (Porto Exterior) e a ilha da Taipa (Ponta Cabrita). Seria no contexto da melhor solução técnica e económica que invocariam a questão da mão de obra chinesa. Esta seria descrita genericamente como “abundante”, afastando qualquer anátema sobre futuras dificuldades de recrutamento, inclusive assinalando facilidade em recrutar trabalhadores especializados. Destacariam, contudo, a diferença salarial entre os dois contextos geográficos (continente *versus* ilhas), apontando uma onerosidade de 30% caso o governo português optasse por edificar nas últimas, afirmando ainda desconhecer as suas causas³.

Este desfasamento era justificado através de tabelas de honorários. A construção da unidade aeroportuária era um empreendimento complexo, exigindo a recuperação de novas áreas na bacia hidrográfica do rio das Pérolas, envolvendo trabalhos especializados de drenagem, deposição e compactação de terra e areia. A demonstração das disparidades salariais podia ser simplesmente verificada através da listagem dos trabalhadores envolvidos com tarefas mais convencionalmente associadas à construção: capataz, calceteiros, carpinteiros, electricistas, ferreiros, mecânicos, manobreadores de máquinas (cilindros e veículos pesados), pedreiros (distinguindo construção em alvenaria de tijolo e de pedra), serralheiros e por fim os trabalhadores não especializados, ocupados com a abertura de valas e fundações dos edifícios. Apesar da diminuta extensão do território, o valor do trabalho estava dependente das condições geográficas, impactando nas decisões tomadas pelo governo central sediado em Lisboa (a sede metropolitana do “império português”).

O caso do estudo do aeroporto de Macau, mesmo tardio no âmbito da ocupação portuguesa, é exemplar para compreender como a administração colonial encarou a questão do operariado de construção de origem chinesa. Mas a referência é quase excepcional. Felizmente para a historiografia dedicada às questões laborais em estaleiros coloniais, a parca existência de indicações sobre a mão de obra na documentação administrativa das Obras Publicas Coloniais (OPC) (até agora levantada) seria compensada pela relativa abundância de imagens anexadas aos relatórios da Direcção de Serviços das Obras Públicas de Macau (DSOPM) ilustrando estaleiros de obras anteriores à guerra e informando sobre a evolução de obras agendadas como prioritárias na consolidação da soberania colonial. Confirmou-se ser prática habitual ilustrar relatórios sobre os diferentes anos económicos dirigidos ao governador do território e posteriormente submetidos às autoridades em Lisboa na figura do ministro das colónias.

¹ Sessões do Conselho do Império Colonia 15/11/1937 (AHU: IPAD01083)

² C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, Livros do Oriente, 1990

³ António Francisco de Aguiar e João Tomás Siu, *Relatório da Missão encarregada de estudo do Aeroporto de Macau e serviços pertinentes*, Direcção Geral da Aeronautica, 1962, p. 18. (AHU: IPAD00705)

Os orçamentos da administração eram assim demonstrados com sequências de imagens que reproduziam o “progresso da colónia” através da construção de infraestruturas, equipamentos de educação e saúde, habitações para funcionários e comunidades chinesas pobres, abrangendo mesmo as chamadas “Obras Particulares” de promoção privada.

O conjunto documental consultado como ponto de partida para esta apresentação empenhada na compreensão do processo sobre o trabalho, trabalhadores e sistemas construtivos que permitam descrever a actuação desses serviços sediados localmente, abrange uma cronologia a partir da década de 1930 e encontra-se maioritariamente à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Foi reforçada com pesquisa conduzida no Arquivo Histórico de Macau, durante Agosto e Setembro de 2025.

Na segunda parte desta apresentação, procurou-se então levantar o véu sobre diferentes escalas de intervenção e seus potenciais significados a partir do olhar técnico sediado na colónia. O anexo fotográfico do relatório de 1932, por exemplo, abria com uma fotografia do edifício onde se encontrava instalada a Direcção de Serviços das Obras Públicas de Macau⁴ de reconhecível “traçado colonial” no contexto asiático, com a sua arcada térrea e a extensa varanda ao longo do piso superior. Através da dignidade estilística ostentada, confirmava-se a centralidade dos serviços nas políticas coloniais de representação. (Mas não se esclarece qual a área realmente ocupada com a agência que poderia indiciar o grau de precariedade em que a administração funcionava em termos de instalações). Implicações sobre o significado político destes edifícios saíam favorecidas se incorporassem “elementos do desenho indígena”, como foi notado por Thomas Metcalf para o caso da “Índia britânica”⁵. Garantia-se assim o respeito pelos desenhos da OPC, da “Orientalist conception of the times” que regulava a configuração das Obras Públicas.⁶

Exemplos arquitectónicos semelhantes poderiam ser visualizados em sedes do poder da vizinha Hong Kong⁷, situando na colónia britânica os modelos estéticos e tecnológicos mais imediata e empiricamente seguidos⁸. O trajeto visual prosseguia com os estaleiros das sedes simbólicas do poder colonial como a finalização do edifício dos Correios e Telégrafos (Largo do Senado) ou o arranjo do Palácio do Governo (Praia Grande), que obedeceria a um plano de demolições para engradecer a linhagem neoclássica do edificado. Esta ênfase nos espaços de representação era equilibrada com a reprodução da face (dita) “progressista” que avalizaria a preservação da administração portuguesa, em continuidade com o século anterior, como esclareceu Regina Campinho⁹, igualmente manifestas em actualizações técnicas e industriais através de recurso aos sistemas metálicos (por exemplo) do novo armazém do Porto Exterior.

Na terceira e última parte, devolve-se o olhar aos técnicos metropolitanos como um contraponto comparativo que pudesse avançar no segundo desafio lançado para esta apresentação: *Qual era a relação entre instituições centrais sediadas em Portugal - como o Gabinete de Urbanização Colonial – e o Gabinete de Obras Públicas de Macau, que era também fortemente influenciado por técnicos da China e de Hong Kong?* A missão do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca enviado a Macau em 1973¹⁰ pela Direcção de Serviços de Urbanismo da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH/DGOPC), sob a alçada do entretanto renomeado Ministério do Ultramar,¹¹ exemplificaria a perspectiva de quem procura a obra já “feita”, relegando para segundo plano as etapas da sua concretização. As imagens ilustravam assim de forma

⁴ Direcção dos Serviços das Obras Públicas de Macau, *Relatório*, Macau, 01/04/1932, Macau: Imprensa Nacional, 1932. (AHU: OP02832)

⁵ Thomas R. Metcalf, “Architecture and the Representation of Empire: India, 1860-1910.” *Representations*, no. 6, 1984, pp. 37–65. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/2928537>. Acedido 16 Sept. 2025.

⁶ Metcalf, 1984. Acedido 16 Sept. 2025.

⁷ O Supreme Court Building, Hong Kong, pelo arquitecto Aston Webb, 1912, pode servir de modelo.

⁸ Cf. Regina Campinho, *Modernizing Macao. Public Works and Urban Planning in the Imperial Network, 1856-1919*, PhD, Universidade de Coimbra & Université de Lorraine, 2022, p. 172 e seguintes.

⁹ Cf. Campinho, 2022.

¹⁰ Cf. Vera Félix Mariz, “A “memória do Império” ou o “Império da memória” a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)”, PhD, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2016, p. 744-752.

¹¹ Desde 1951.

pragmática como o olhar do arquiteto era frequentemente “desviado” para a observação dos edifícios em vez do processo de construção.

2. A visão a partir do local

O uso da fotografia, a que recorriam os relatores da Direcção de Serviços das Obras Públicas de Macau¹², designada Repartição Técnica de Obras Públicas de Macau (RTOPM), após reforma administrativa,¹³ foi apontada genericamente em outros contextos imperiais como um meio poderoso de distorção das realidades coloniais através de evocação da (suposta) modernidade transformadora do poder colonial¹⁴. Estes relatores que compilavam as informações contidas nos relatórios, actuavam enquanto directores desta agência colonial. Possuíam, na maioria das vezes, formação em engenharia como era o caso do capitão José Rodrigues Moutinho que seria substituído em 1940 por Gastão Borges que assinava como “encarregado da repartição”¹⁵.

Os relatórios anteriores, de 1938¹⁶ e 1939¹⁷, seriam por inerência da responsabilidade de Moutinho. O department estava à época dividido em oito secções, incluindo a 1ª secção (edifícios e monumentos públicos), a 2ª (estradas, saneamento, jardins e florestas), a 3ª (obras marítimas) e a 6ª (obras particulares e colectivas). Neste período, que corresponderia a uma reestruturação da orgânica da agência, expressa na alteração de designação (de Direcção de Serviços para Repartição Técnica) a ideia de álbum visual disponibilizado no final do documento (como acontecia nos relatórios anteriores, desde o já citado de 1932 e o de 1934/1935¹⁸), seria substituída por grupos menores que ilustravam individualmente e com maior precisão cada secção. Entretanto, o discurso paralelo representado pelo corpo escrito do relatório dava conta que a alteração legislativa era motivada pela necessidade de defesa dos interesses portugueses na colónia, ameaçados pelas “ambições ilimitadas nos lucros” dos empreiteiros chineses organizados “para poderem manter as suas camarilhas em permanente organização do vulgar “cambão””¹⁹. A “paz social” embebida pelo “progresso” sugerido nos estaleiros de obras fotografados, escondia conflitos que podiam conformar formas de resistência. As imagens também continham modos sofisticados de invisibilidade ou silêncios como sugeriu Roy Dilley²⁰.

Antecedendo esta mudança, ainda em 1932, 74 imagens (das quais três reproduziam desenhos técnicos) reportaram as principais obras. Notavelmente, incluíam-se já imagens aéreas da Baía da Praia Grande (n. 45 e 46), a que o exército português começou a recorrer nesta mesma década²¹. A multiplicidade de tipologias técnicas de registos fotográficos leva-nos a concluir que os serviços de OPC tinham acesso a materiais fornecidos por diferentes entidades, não tendo sido possível até ao estado presente da investigação, especificar exactamente qual a autoria das imagens ou se existia um departamento alocado à sua execução.

¹² Designação já usada no relatório do ano de 1938 (AHU: OP01962).

¹³ A redacção do relatório de 1938 coincide com a revogação do Decreto n. 29.371, *Diário do Governo*, 31/12/1938, confirmando a anulação do regulamento orgânico da Direcção das Obras Públicas de Macau, conforme desejos do governo português. José Rodrigues Moutinho, Repartição Técnica de Obras Publicas de Macau, *Relatório do ano de 1938*, p. 1 [AHU: OP01962].

¹⁴ Cf. Emma Reisz, “Photoanthropocene: The decentered lens of colonial photography”, *Curator: the Museum journal*, 2024, 67, p. 108. DOI: 10.1111/cura.12588.

¹⁵ Gastão Borges, Repartição Técnica de Obras Publicas de Macau, *Relatório do ano de 1940* [AHU: OP01964]. A substituição dá-se na sequência do falecimento do governador Tamagnini Barbosa [anos de 1918, 1919, 1926-1930 e 1937-1940] que seria substituído por José Rodrigues Moutinho, reforçando a habitual importância hierárquica das elites que coordenavam as Obras Publicas Coloniais.

¹⁶ Cf. Moutinho, 1938 [AHU: OP01962].

¹⁷ José Rodrigues Moutinho, Repartição Técnica de Obras Publicas de Macau, *Relatório do ano de 1939* [AHU: OP01963].

¹⁸ Direcção de Serviços de Obras Publicas de Macau, *Relatório ano económico de 1934-35* [AHU: OP01963].

¹⁹ Moutinho, 1938, p. 1 [AHU: OP01962].

²⁰ Roy Dilley, “Recovering the Absent Presence and the Unseen: Henri Gaden's Photographic Encounters in West Africa, 1894-1907,” *Visual anthropology review: journal of the Society for Visual Anthropology*, 35: 1, 2019, p. 10-22.

²¹ J. A. Gonçalves, “Automatic orientation and mosaicking of archived aerial photography using structure from motion.” *ISPRS - International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences XL-3/W4*, March 17, 2016, p. 123-126. <http://dx.doi.org/10.5194/isprs-archives-xl-3-w4-123-2016>.

Em 1934, seriam contabilizadas 185 imagens, três representando a maquete do Mercado Vermelho, cuja concepção espelhava a ambição sanitarista comum aos regimes coloniais (p. 173-174). Operários da construção captados por entre o quotidiano das suas tarefas, aparentemente despreocupados em relação à câmara fotográfica, eram etnicamente reconhecíveis como chineses através do vestuário e do afamado chapéu cónico ou 斗笠 (dǒulì), enquanto o chapéu colonial ou “salacot” surgia associado ao funcionalismo público (p. 184) e/ou senior staff. A maioria parecia executar tarefas não especializadas, pavimentando ruas (p. 123) ou abrindo valas (p. 137; p, 179).



Fig. 01. Construção de infra-estruturas na Rua Conselheiro Horta e Costa. Fonte: (Gastão Borges, *Repartição Técnica de Obras Publicas de Macau, Relatório do ano de 1940*, p. 138, AHU: OP01964/Photo)

Já sob a coordenação de Moutinho, em 1938 seriam reproduzidas 55 imagens, incluído duas de desenhos técnicos. No ano seguinte, este número estabilizaria nas 40 unidades distribuídas pelas três primeiras secções. A diminuição das imagens poderia indiciar que uma única comissão (não se excluindo aqui a hipótese do próprio Moutinho). A perspectiva tomada reflectia a presença de uma elite técnica confiante no benefício das tecnologias ocidentais e na sua generalização pelo continente asiático através de empreiteiros chineses que mediavam entre a racionalidade do desenho técnico ocidental e a ancestralidade da organização da força laboral chinesa. Intelectualmente este grupo sénior, a que capitão-engenheiro também pertencia, revia-se na existência de prováveis “historical moments when ... techno-scientific constellations of high-institution aligned” que traziam consigo “the best of their corresponding State administration talents (...)”, talento esse concretizado “in the form of major national transport infrastructure schemes or local general improvement plans”²²; tópicos dominantes entre os estaleiros retratados.

Esta extrapolação da interpretação de Campinho sobre as realidades macaenses no processo de institucionalização das OPC, durante a transição para o século XX, pode comparar-se ao ímpeto “reformista” que as fotografias impulsionavam. O uso deste *media* para evocar uma condição de excelência e domínio tecnológico foi aliás estudada por Claude Baillargeon na identificação de rivalidades tecnológicas aplicadas à construção oitocentista entre os países europeus. Acrescentaria também exemplos de como a fotografia servia para acompanhar à distância os avanços periódicos da construção de infraestruturas²³. Moutinho preferiu recriar “estórias” a partir da construção de programas específicos. Este seria o caso da sequência

²² A propósito de José Maria da Ponte e Horta, governador de Macau entre 1866 e 1868 (entre 1870 e 1873 ocuparia o mesmo cargo na então “provincia” de Angola); Campinho, 2022, p. 126. Em inglês no original.

²³ Borges, 1940 [AHU: OP01964].

das oito imagens que representavam a concretização do hangar da aviação naval, desde a construção do primeiro pavimento, passando pela concretização de aterros, levantamento e paredes e colocação das asnas da cobertura, até aos acabamentos (p. 45-48). O domínio da tecnologia do betão armado, convivia com os andaimes em bambu da tradição chinesa, ainda hoje abundantes em Macau.



Fig. 02. Hangar em construção com trabalhadores chineses em primeiro plano e ao fundo o tecnico com chapéu colonial. Quarta imagem da sequência referida no texto. Fonte: (José Rodrigues Moutinho, Repartição Técnica de Obras Publicas de Macau, Relatório do ano de 1939 AHU: OP01963/Photo)

No ano do pacto de não agressão entre o governador Tamagnini Barbosa e o Japão, que supostamente pouparia a colónia portuguesa da invasão que outras regiões da China sofreram (nomeadamente a colónia britânica de Hong Kong), o hangar seria mostrado já terminado, servido a sua superfície para anotações técnicas relacionadas com a concepção cuja autoria deve pertencer já aos inspectores que, em Lisboa, sintetizavam para os ministros as informações relevantes incluídas nestes relatórios (p. 35). Talvez pelo tom celebratório que se vivia em Portugal, reafirmando a sua neutralidade num mundo em guerra, e que comemorava em grande exposição o seu império colonial,²⁴ a representação de uma arquitectura representativa da soberania portuguesa sobrepunha-se à reprodução dos estaleiros de obras que lhes deram origem (p. 36 superior; 37 inferior).

Mantinha-se, entretanto, a lógica narrativa do “durante e após”, testando os limites discursivos de uma narrativa sobre construção de infraestruturas apoiada em exclusivo na imagem (p. 38 – edifício da União Nacional em construção e concluído). A preservação da autonomia face ao relato escrito também expunha as suas lacunas. Para compreender o processo era necessário percorrer tabelas, gráficos e listagens. As últimas deixavam escapar a baixa posição hierárquica dos nomes chineses ao serviço das Obras Publicas, ainda que constituindo um grupo crescente entre capatazes. Na 7ª secção de desenho abundavam os sobrenomes macaenses dos José Chan, Luiz Domingos Lei e António Lei, supervisionados pelo português Ernesto Delgado Freire, chefe de secção.²⁵ Enquanto o último pertencia ao quadro de funcionários, os primeiros vinham listados como “assalariados permanentes”, reforçando como a origem étnica (mesmo entre os macaenses) podia significar maior vulnerabilidade laboral.

²⁴ Cf. Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo – 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

²⁵ Moutinho, 1938, p. 147 [AHU: OP01962].

A responsabilidade da reversão de informações quantitativas em gráficos era responsabilidade destes desenhadores. Na representação gráfica “licenças isentas de selos e emolumentos nos termos legislativos provincial n. 13 de 29/03/1927”²⁶, figuravam as tipologias principais das “Obras Particulares”: “obras”, barracas, canalização, e andaimes a partir de grafismos que reproduziam estereótipos sobre construções em alvenaria ou bamboo; enquanto se mantinha o espírito sanitaria aliado à ideia das sociedades *sansimonianas* em que continuava a assentar a noção de progresso ocidental, mesmo durante a ditadura portuguesa que alimentava o estado colonial vivido em Macau e que iria sobreviver à revolução de Abril. Em relatórios mais tardios, sob nova reformulação orgânica dos serviços, nos anos de 1950, as imagens trariam para o quotidiano dos estaleiros as mulheres, os menores e até os empreiteiros chineses²⁷.

3. Epílogo ou o ponto de vista tomado da “metrópole”

O enfoque patrimonialista da estadia de 30 dias em Macau de Quirino da Fonseca, arquitecto “experiente no restauro de monumentos nacionais ultramarinos”²⁸, nas vésperas da democracia em Portugal justificaria parcialmente o foco da sua câmara em lugares e edifícios excepcionais que os onze álbuns fotográficos que integram o relatório entregue em Lisboa²⁹, punham em evidência. Reforçando a “simbiose” entre as culturas arquitetónicas orientais e ocidentais, Quirino não deixava de acatar o sofisma multicontinental presente na ideologia final do Estado Novo que se explicava pela aproximação “pitoresca” que as imagens visualmente comunicavam. Contudo, o conhecimento das políticas de salvaguarda em geografias não ocidentais, como o Irão, a Malásia, a Rússia ou a China³⁰ (ainda que sob orientação “italiana/europeia”), indiciavam abertura não apenas na sinalização de exemplos chineses – prevalecendo os programas religiosos (templos)³¹ –, como para a generalidade do ambiente construído onde testemunhava uma multiplicidade de fontes culturais³².



Fig. 03 (A+B). A Ponte Macau-Taipa em construção através da objective de Quirino Fonseca e a mesma ponte actualmente. Fonte: (Pedro Quirino da Fonseca, *Visita de Estudo do arquitecto, Relatório 1973, IPAD00532* / Photo: autor 2025)

²⁶ Borges, 1940, p. 117 [AHU: OP01964].

²⁷ Cf. Arnaldo Luiz de Siqueira Basto, *Repartição dos Serviços de Obras Publicas, Portos e Transportes [Macau] Relatório do ano de 1956* [AHU: OP03394]

²⁸ A missão relacionou-se com a aprovação do Plano Director da cidade de 1972, e Fonseca deslocou-se em substituição do arquitecto Luís Benavente, especialista em restauro de monumentos. Mariz, 2016, p. 743

²⁹ A viagem foi programada no âmbito da próprio Ministério do Ultramar, através da iniciativa do engenheiro Eurico Machado, que à época dirigia a secção de urbanismo da DSUH/DGOPC. Cf. Mariz, 2016, p. 744.

³⁰ Cf. Pedro Quirino da Fonseca [1973], *Relatório, Preâmbulo*, p. 2-4. [AHU].

³¹ Cf. Pedro Quirino da Fonseca [1973]. Fotografias dos templos chineses estavam (genericamente) distribuídas pelos álbuns/anexos: quinto [AHU: IPAD00527], sexto [AHU: IPAD00638], décimo [AHU: IPAD00531] e décimo primeiro [AHU: IPAD00532].

³² O levantamento fotográfico, abrangendo Taipa e Coloane, estava espalhado pelos onze volumes, que mesmo não identificando tipologias concretas, se destacavam pelos temas das imagens reunidas. Entre os que ofereciam vistas panorâmicas estava o primeiro (*Guia e Vista do Porto*, AHU: IPAD00636); e o segundo (que oferecia também perspectivas de vias específicas como a *Conde Ferreira de Almeida Street*, AHU: IPAD524). Os bairros típicos (históricos e pitorescos) ocupavam o terceiro [AHU: IPAD525] e o nono [AHU: IPAD00530], enquanto vistas sobre vias das cidades surgiam no décimo. Igrejas católicas preenchiam essencialmente o sétimo [AHU: IPAD00528].

Como excepção ao potencial patrimonialista que atravessava as cerca de quatrocentas unidades resultantes da missão, surgiam as “reportagens fotográficas” sobre “Macau moderno e Macau antigo”³³ e a construção da ponte que ligava Macau à ilha da Taipa³⁴. Quirino colocava em paralelo duas realidades construtivas opostas na aspiração, tecnologia e meios envolvidos, que traziam mudanças ao equilíbrio edificado e paisagístico da cidade, preocupação central da sua missão. Por um lado, a proliferação de iniciativas privadas lideradas por empreendedores chineses e seus empreiteiros, cujas placas figuravam nas imagens, responsáveis pela substituição (supostamente) desregrada do tecido tradicional da cidade histórica. Por outro, a ambiciosa infraestrutura comissariada pelo governo colonial. Nela, o engenheiro Edgar Cardoso, enquanto projectista principal, emergia como porta-estandarte da excelência da engenharia portuguesa, deixando na sombra uma quantidade de pequenos designers e subempreiteiros depositários de conhecimentos locais que iriam integrar a massa anónima de contribuições para a sua concretização. Personagens como Lei Ngoc Man, gerente da firma Mei Fat Lei, responsável pelos trabalhos de dinamitação³⁵, ou Chiu Sin Kuok³⁶, explorador da pedreira que fornecia a obra, permanecem ainda ausentes de qualquer historiografia. Se a perspectiva local remetia os operários e outros intervenientes para um plano difuso, em imagens interessadas essencialmente em comunicar a narrativa do processo de construção para assegurar a autoridade tecnológica de que eram portadores; na visão dos técnicos metropolitanos, a exemplo de Quirino, a distância e o pitoresco que emoldurava os registos fotográficos garantiam a excepcionalidade da obra concretizada, numa desvalorização do processo cuja intencionalidade cabe agora aos historiadores questionar.

1.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIAIUOLI, M. (1998). *Exposições do Estado Novo – 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte.

CAMPINHO, R. (2022). *Modernizing Macao. Public Works and Urban Planning in the Imperial Network, 1856-1919*, PhD, Universidade de Coimbra & Université de Lorraine.

DILLEY, R. (2019). “Recovering the Absent Presence and the Unseen: Henri Gaden's Photographic Encounters in West Africa, 1894-1907,” *Visual anthropology review: journal of the Society for Visual Anthropology*, 35: 1, 2019, 10-22.

GONÇALVES, J. A. (2016). “Automatic orientation and mosaicking of archived aerial photography using structure from motion.” *ISPRS - International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences XL-3/W4*, March 17, 2016, 123-126. <http://dx.doi.org/10.5194/isprs-archives-xl-3-w4-123-2016>.

JESUS, C. A. M. (1990). *Macau Histórico*, Livros do Oriente.

MARIZ, V. F. (2016). “A “memória do Império” ou o “Império da memória” a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)”, PhD, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

METCALF, T. R. (1984). “Architecture and the Representation of Empire: India, 1860-1910.” *Representations*, no. 6, 1984, pp. 37–65. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/2928537>. Acedido 16 Sept. 2025.

³³ Cf. Pedro Quirino da Fonseca [1973], anexo décimo [AHU: IPAD00531].

³⁴ Cf. Pedro Quirino da Fonseca [1973], anexo décimo-primeiro [AHU: IPAD00532]. Obra do Gabinete da Ponte Macau-Taipa, comissariada em 1968 e inaugurada em 1974.

³⁵ “Sr. Lei Ngoc Man/Gerente da firma Mei Fat Lei/Explosivos... Destinam-se às obras de construção da ponte” Arquivo Histórico de Macau, MO/AH/AC/SA/01/26877; correspondência GPMT, 09/06/1970 (data da aprovação: 10/07/1970).

³⁶ “Chiu Sin Kuok, portador de licença n. 10/72 para exploração da pedreira para construção da estrada da costa NW da Ilha da Taipa, entre a saída da ponte Macau-Taipa e a ponte fluvial da Taipa”. Arquivo Histórico de Macau, MO/AH/AC/SA/01/26997; correspondência GPMT, 11/04/1974.

REISZ, E. R. (2024). "Photoanthropocene: The decentered lens of colonial photography", *Curator: the Museum journal*, 2024, 67, p. 108. DOI: 10.1111/cura.12588.

Funded by the Fundação para a Ciência e Tecnologia (LabourMap-Macau, 2023.14980.PEX) and European Union (ERC, ArchLabour, 1101096606). Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Research Council. Neither the European Union nor the granting authority can be held responsible for them.